

A ESCOLA E A EROTIZAÇÃO DOS CORPOS INFANTIS NEGROS

SCHOOL AND THE EROTIZATION OF BLACK CHILDREN'S BODIES

Andressa Klissia Oliveira Carvalho¹

Giani Rabelo²

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo problematizar as práticas escolares na Educação Infantil perante à (des)construção da erotização dos corpos infantis negros. A posição assumida neste estudo é a de que a erotização dos corpos das crianças, com ênfase nos corpos infantis negros, manifesta-se nas escolas de Educação Infantil como um hábito "inocente" de educadores e educadoras que incitam a erotização por meio das suas práticas pedagógicas. A pesquisa foi do tipo bibliográfica e buscou responder a seguinte questão: que práticas escolares contribuem para a (des)construção da erotização dos corpos infantis negros na Educação Infantil? Após o contato com a literatura sobre o tema conclui-se que o racismo é o principal vilão de uma educação igualitária, pois ressalta a desigualdade que o feito da escravidão trouxe e que até hoje se tem resquícios. Sendo assim, a ausência de um programa educacional antirracista nas escolas, dificulta a luta contra o racismo que já se faz estrutural. Faz-se necessário uma formação continuada para educadores e educadoras votada para as questões étnico-raciais na intersecção como os temas gênero e desigualdades de gênero, a fim de contribuir para que os profissionais estejam preparados para desconstruir essa abordagem junto com as crianças desde a tenra idade, com o intuito de não reforçar manifestações preconceituosas e discriminatórias na Educação Infantil, principalmente as que produzem e reproduzem a erotização dos corpos infantis negros.

Palavras-chave: Crianças. Erotização. Educação infantil. Corpos negros.

ABSTRACT: This research aimed to problematize school practices in Early Childhood Education in the face of the (de)construction of the eroticization of black children's bodies. The position taken in this study is that the eroticization of children's bodies, with emphasis on black children's bodies, is manifested in Early Childhood Education schools as an "innocent" habit of educators who incite eroticization through their practices. pedagogical. The research was of the bibliographic type and sought to answer the following question: what school practices contribute to the (de)construction of the eroticization of black children's bodies in Early Childhood Education? After contacting the literature on the subject, it is concluded that racism

¹ Andressa Klissia Oliveira Carvalho. andressaklissia23@gmail.com

² Prof. Dra. Giani Rabelo: professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação; professora dos cursos de licenciaturas da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Líder do Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação (GRUPEHME). E-mail: gra@unesc.net

is the main villain of an egalitarian education, as it highlights the inequality that the deed of slavery brought and that until today there are remnants. Therefore, the absence of an anti-racist educational program in schools makes it difficult to fight racism that is already structural. It is necessary to continue training for educators focused on ethnic-racial issues, in order to help professionals be prepared to deconstruct this approach together with children from an early age, in order not to reinforce prejudiced and discriminatory manifestations in Early Childhood Education, especially those that produce and reproduce the eroticization of black children's bodies.

KEYWORDS: Kids. Eroticization. Child education. black bodies.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana a erotização de corpos infantis foi algo presente, e no decorrer do tempo esse fenômeno tornou-se crescente na sociedade capitalista contemporânea. Além dessa questão, outro elemento que chama a atenção é o racismo estrutural que tem gerado grandes índices de violência sexual, tendo como alvo mais visível mulheres e meninas negras. Entende-se como racismo estrutural a falta de oportunidades igualitárias para os povos negros que começa desde a abolição da escravatura e se faz presente até os dias atuais. Com o fim da escravidão os negros ganham sua liberdade, mas não ganham condições mínimas de sobrevivência na sociedade, e por conta dessa herança histórica advinda de centenas de anos de escravidão é que nasce o racismo estrutural. O racismo é uma forma de discriminação que tem a raça como alvo, e se manifesta por meio de práticas racistas como um conjunto de hábitos, situações e falas embutidas em nosso costume e que produz direta ou indiretamente o preconceito e segregação racial. Portanto, é de suma importância que educadores e educadoras discutam o processo de objetificação dos corpos infantis, com ênfase nos corpos infantis negros e analisem os seus efeitos na vida e na identidade infantil.

Identidade é tudo aquilo que se relaciona apenas consigo mesmo, ou seja, é o conjunto de características e traços próprios de um sujeito ou de uma comunidade que individualiza cada ser.

O interesse neste tema surgiu a partir da constatação enquanto mulher, mãe, acadêmica negra do curso de Pedagogia e como professora auxiliar na Educação Infantil. Onde em várias situações percebi que no cotidiano escolar a criança negra carrega consigo inúmeras

profanidades no seu corpo historicamente determinado. Estas profanidades são muitas vezes manifestadas por professores e funcionários que atuam na Educação Infantil, mas não só, estes também se manifestam em materiais pedagógicos e/ou comentários racistas em relação à criança negra surgem cotidianamente, principalmente em relação às meninas como, por exemplo: “olha o corpinho da nega”, “essa neguinha vai dar muito trabalho”, “olha o seu namoradinho”, “vai ter muitos pretendentes”, “fui, fui”. Estes e tantos outros comentários que incitam a erotização e reforçam o apagamento da infância desses corpos negros.

Diante disso, essa pesquisa buscou problematizar as práticas escolares perante à erotização dos corpos infantis negros e, em simultâneo, refletir práticas que não reforcem a erotização e objetificação dos corpos de meninas negras na Educação Infantil. Logo, o tema torna-se relevante para proporcionar reflexões e possíveis (des)construções da ideia que coloca a criança no lugar do não saber, que precisa ser moldado e que dessa forma, não tem plenos poderes sobre o seu próprio corpo. Ao enfatizar a criança negra, os desafios são maiores, pois implica em compreender não só o sexismo, mas o racismo, a misoginia, a pobreza e outras opressões que deixam marcas significativas produzidas desde a infância e perpetuadas ao longo das suas vidas, com o agravante de que podem e são muitas vezes reproduzidas nas instituições escolares.

Esta pesquisa tem como base a seguinte problemática: que práticas escolares contribuem para a (des)construção da erotização dos corpos infantis negros na Educação Infantil? E, em relação aos objetivos, que se dividem, em geral, e específicos ficaram assim delineados: geral: problematizar as práticas escolares na Educação Infantil perante à (des)construção da erotização dos corpos infantis negros. Específicos: realizar algumas aproximações com o conceito de infância a fim de compreender a infância negra no Brasil; compreender a historicidade da erotização do corpo infantil negro; identificar fatores que propagam o erotismo dos corpos infantis negros na Educação Infantil; reconhecer práticas que contribuem para a desconstrução da erotização destes corpos.

Importante frisar que este tema ainda é pouco estudado no Curso de Pedagogia da UNESC. Dentre os Trabalhos de Conclusão levantados encontram-se os seguintes títulos que dialogam com as discussões aqui apresentadas: “Sexualidade na escola”, defendido em 2016, por Franciele Vieira Alves; “Sexualidade na Educação infantil em uma escola do município de Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, nº1, janeiro/junho 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

Criciúma”, defendido em 2018 por Mônica Hammen Llanos; “Preconceito racial no contexto escolar: um estudo com professoras pedagogas da rede de Criciúma”, defendido em 2019 por Sabrina Lopes Pedro; “16 anos depois: meninos e meninas (negros e não-negros) de uma escola do extremo sul catarinense refletem a lei 10.639/03”, defendido em 2019 por Amanda dos Santos Vieira.

Esta pesquisa foi realizada dentro de uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, Maria Cecília de Souza Minayo, destaca que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2008, p. 22)

O estudo foi de cunho bibliográfico, cujo autor Antônio Carlos Gil (2002), anuncia que o mesmo é construído a partir de material elaborado, formados especialmente por artigos científicos e livros. E completa argumentando que a principal vantagem de pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Artigos científicos, livros e outras fontes de pesquisa que se aproximam da abordagem do tema discutido nesse artigo, foram utilizados para subsidiar a coleta de dados.

Neste artigo utilizo vários autores/as, merecendo destaque: Ariès (1986), que fala da história social da crianças e da família; Del Priori (2000), que discute o corpo feminino no Brasil; Jane Felipe (2013), que trás a discussão em torno da erotização dos corpos infantis; Gomes (2003), que explana sobre a educação, identidade negra e a formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo; e, Munanga (2004), que faz um debate sobre a abordagem conceitual da noções de raça, racismo, identidade e etnia.

O artigo está organizado nas seguintes seções: **1.** Introdução; **2.** O conceito de infância e a infância negra no Brasil; **3.** O processo social de erotização do corpo infantil e a criança negra; **4.** A (des.)construção da erotização dos corpos infantis negros na Educação Infantil; **5.** Conclusão; **6.** Referências.

2 O CONCEITO DE INFÂNCIA E A INFÂNCIA NEGRA NO BRASIL

Historicizar a infância implica em considerar que durante muitos séculos a criança era considerada um adulto em miniatura. Partia-se do pressuposto de que a criança era igual aos adultos e, dessa forma, não necessitava de cuidados especiais, às suas atividades e roupas não se diferenciavam das usadas pelos adultos, exceto pelo tamanho das roupas e o mesmo acontecia com as ferramentas de trabalho que eram adaptadas. Essa explicação é dada por Philippe Ariès (1986), ao se voltar para a iconografia da Idade Média europeia. Somente a partir do século XVIII, segundo Ariès (1986), a infância passou a ser tratada como uma fase do indivíduo em que este necessitava de cuidados diferenciados condizentes com a sua estrutura física, biológica e psicológica e a sua faixa etária. Ariès (1986), coloca que até a modernidade não havia “sentimento de infância”, ou seja, as crianças mal aprendiam a andar e já eram incorporadas ao mundo adulto.

Segundo o autor, o exorbitante número de infanticídio causava a preocupação com a sobrevivência das crianças pequenas, pois o problema demográfico daquele período facilitava a morte precoce das crianças. Nessa perspectiva, a criança era vista como inexperiente, dependente e incapaz, pois não tinha a mesma capacidade e compreensão de um adulto (ARIÈS, 1986).

Percebe-se então, que no decorrer da história as concepções de infância são constituídas em diferentes contextos sociais e culturais, de acordo com as relações estabelecidas entre os sujeitos em diversos tempos e espaços.

A infância do século XXI, faz parte de um processo histórico e cultural, conforme Sônia Kramer (1982), vive-se atualmente uma contradição no que se refere às relações dos adultos com as crianças.

Assim como a criança pode ser considerada ingênua e inocente, sentimentos traduzidos na “paparicação” dos adultos, em outros momentos, a criança é entendida como imperfeita e incompleta necessitando da “moralização” oferecida por meio da educação construída pelos adultos. (KRAMER, 1982. p. 18).

Sendo assim, entender a concepção histórica de criança exige em considerar que a mesma ocupou vários espaços na sociedade, bem como sua importância como sujeito de direitos, ampliando as ofertas de cuidados familiares, assistenciais, educacionais e culturais.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, n°1, janeiro/junho 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

Cabe pensar na criança como um ser para além de sua idade habitual e inerente da vida humana pré-estabelecida, sendo objeto de diversas ações sociais, em conformidade com o seu tempo e espaço. Entre as ações sociais, pode-se apontar a erotização de seus corpos resultante da ideia de que ela continua sendo vista como um adulto em miniatura, apesar de todos os avanços alcançados sobre a concepção de infância. A situação se agrava se formos pensar nas crianças negras.

No Brasil, segundo o IBGE (2020), 56% da população é formada por pessoas negras, mais da metade da população inteira do país. Contudo, as desigualdades se fazem gigantescas perante uma sociedade injusta em oportunidades, direitos, cidadania e na distribuição de suas riquezas. Essa dissonância de oportunidades e a falta de representatividade negra nos espaços sociais, enfatizam cada vez mais o racismo estrutural que se faz presente na vida dessas pessoas, resquícios de uma história de abandono e negligência de um povo que sofreu por quase 400 anos com a escravidão. A criança negra no que lhe concerne, carrega consigo as cicatrizes dessa história de negligência desde seu nascimento e com ele todos os percalços dessa desigualdade que assola o povo negro até os dias atuais.

Conforme Mary Del Priori (2013), "a divisão da sociedade, a velha divisão dos tempos da escravidão, entre os que possuem e os que nada têm só fez agravar a situação dos nossos pequenos". Visto que, a falta e/ou a pouca escolarização da criança negra brasileira é resultante de uma herança cruel da história do Brasil que o povo negro sofreu.

Mas, o que é ser uma criança negra no Brasil? Ser criança no Brasil é ainda muito difícil. Apesar de muitos avanços, muitas conquistas através dos diversos movimentos de luta e de fortalecimento da autoestima, há uma narrativa histórica que silencia e desvaloriza sua vivência. Ser criança negra é um fator que só se descobre em um determinado momento da vida, quando alguém coloca isso em questão e a pessoa negra passa a ter noção de todo o preconceito que lhe envolve, juntamente com a negação de sua identidade. A criança negra no Brasil é silenciada e discriminada pelo simples fato de ter nascido com a cor da sua pele e cabelo diferentes. São crianças "invisíveis", principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade social, pois o olhar da sociedade se faz diferente para as crianças negras e as não negras, bem como a invisibilidade dos direitos e a proteção integral da criança e do adolescente, que foi uma

conquista histórica trazida pela constituição federal de 1988, a fim de romper com essa distinção da legislação anterior que tratava as crianças vulneráveis como menores.

Dispõe o artigo 227, da Constituição Federal (1988) que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse viés, a Constituição Federal propôs assim a garantia do bem-estar da criança e do adolescente efetivamente exigindo condições mínimas de dignidade e sobrevivência. Nesta perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispôs em lei os direitos essenciais da criança e do adolescente. No entanto, nem todas as crianças têm seus direitos respeitados, pois se observa que a exclusão social se origina na desigualdade social e econômica que compromete muitas vidas humanas no país, crianças sem ter mínimas condições de seus direitos básicos como ir à escola, ao médico e/ou alimentar-se.

A infância negra por sua vez, é a maior parte negligenciada uma vez que suas histórias se arrastam nas sombras de um fato histórico em que se tem uma dívida social que não foi paga, e isso respinga diariamente nessas vidas que são duramente atingidas pelo preconceito. Outro fator que restringe a criança negra a um desenvolvimento amplo é a ausência de referências positivas, o que prejudica a infância dessas crianças, seja pela não aceitação de seu corpo, da sua pele, do seu cabelo e até mesmo de seu desenvolvimento intelectual.

A construção da identidade da criança negra torna-se invisibilizada e apagada pela falta de representatividade nas altas escalas sociais, bem como a falta de referências positivas na sociedade, pois toda a gama de estereótipos que a sociedade pré-estabelece como normal, bonito e correto, acrescentando assim, um obstáculo a mais para as crianças negras não se sentirem pertencentes de seus lugares e identidades, ou seja, nem tudo são flores quando se tem a pele preta. Tendo em vista que a sociedade brasileira tem uma característica ímpar, pois incorpora para si perspectivas eurocêntricas permeadas pelo olhar branco ocidental, por isso quem não corresponde a essa padronização são considerados como diferentes sendo estes, vítimas de discriminações e preconceitos. As crianças negras não conseguem escapar dessa brutalidade eurocêntrica que engloba o contexto em que vivem, que muitas vezes começa na família e se

arrasta pelos meios de amizade, escolar, ambiente de trabalho e em vários contextos, tanto para assumir sua identidade (por não ter referências negras positivas), quanto para ser aceite dentro de uma sociedade ainda muito embranquecida e racista.

Os corpos negros, os cabelos enrolados e crespos, as artes africanas, as religiões de matriz africanas e toda a cultura negra são vistas pela sociedade eurocêntrica como “coisas sem valor”, inferiorizando o povo negro e “racializando” os indivíduos com o intuito de colonizar os corpos como padrões que legitimam essa hierarquia social.

Nesse sentido, Kabengele Munanga (2004, p.96) destaca que:

O sonho de realizar um dia o “passing” que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizam os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação de valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidades coletivas.

Neste contexto, a racialização da criança negra é o aspecto principal para a discussão sobre a identidade da criança negra e para ser legitimada faz-se necessário quebrar “tabus” ideológicos a fim de contribuir para a tão almejada equidade racial. E neste processo, torna-se imprescindível discutir e problematizar o processo de erotização do corpo da criança negra.

A corporeidade é uma forma diversificada de falar sobre o corpo e suas complexidades, pensando na formação e/ou construção de um corpo é preciso ter um olhar que ultrapasse a dicotomia entre a objetividade e a subjetividade, precisamos entender o corpo também em relação a seus afetos, e principalmente, o corpo como sendo um lugar que abarca e acolhe desejos.

3 O PROCESSO SOCIAL DE EROTIZAÇÃO DO CORPO INFANTIL E A CRIANÇA NEGRA

Os corpos infantis são avidamente eróticos e nele surgem sensações e prazeres que a criança experimenta no decorrer de suas descobertas corporais, haja vista que o corpo está em constante processo de transformação. Segundo Denise Sant’Anna (2000, p. 50), “cada corpo, longe de ser apenas constituído por leis fisiológicas, supostamente imutáveis, não escapa à

história”. Ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos e culturais, os corpos são pensados e produzidos de diversas formas, porém as famílias e a escola se negam a quebrar esse tabu e admitir que isso acontece. Conforme as observações de Jeffrey Weeks (1999), embora a sexualidade tenha como suporte um corpo biológico, os sentidos que lhes são atribuídos pela sociedade variam segundo o contexto histórico, político e cultural. Neste viés, Silvana Goellner (2007, p. 29) descreve que:

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem.

A “pedofilização”, termo usado pela autora Jane Felipe (2008), tem suas abrangências no contexto em que a criança está inserida e é exposta, gerando a “pedofilização como prática social contemporânea”, que segundo a autora “discute a contradição entre as leis para proteger as crianças, simultaneamente com que as visibiliza como corpos desejáveis eroticamente”. E a “pedofilização como violência” que consiste em “[...] uma preparação para o abuso e violência sexual que está calcada na erotização dos corpos infantis banalizando e ignorando a pedofilia como prática criminosa” (FELIPE, 2008, p. 219). Portanto, segundo a autora, se faz presente a ideia de infância como um objeto de desejo, em decorrência da “pedofilização” disseminada na sociedade em que vivemos.

Tatiana Savoia Landini (2000, p. 29) chama a atenção para o fato de haver uma “erótica infantil”, ou seja, uma grande erotização sobre a imagem da criança amplamente desenvolvida na sociedade, seja por meio da mídia ou de outros artefatos que contribuem para essa erotização.

Educadores e educadoras podem reforçar a hipersexualização dos corpos infantis negros, usando frases cotidianas como “essa nega vai dar trabalho”, “olha o seu namoradinho”, “olha a bunda da nega”, bem como a exposição desnecessária sobre o corpo da criança negra em comparação com o corpo das demais crianças, mesmo que a intenção ao fazer essas coisas não seja necessariamente erotizada. Esta realidade sugere que, desde muito pequenas, elas já tenham que lidar com uma sexualização excessiva. Com que frequência essas frases foram reproduzidas incansavelmente pelos próprios educadores e educadoras? Será que na escola

enquanto professores da Educação Infantil nós percebemos reproduzindo este papel? Estamos absortos a essa questão? Tais práticas propagadas rotineiramente fortalecem o crescimento da discriminação racial e a erotização dos corpos negros, pois esses corpos são tocados, sentidos. São tocados no ato pedagógico pelos educadores e também no ato interativo com os colegas e demais funcionários da escola, assim o olhar atento e o cuidado na fala em relação a esse corpo negro que já carrega em si “a cor do pecado”.

Em concordância, Nilma Lino Gomes (2003, p. 173), reflete:

Somos sujeitos corpóreos, e usamos o nosso corpo como linguagem, como forma de comunicação. O que será que o aluno negro nos comunica por meio de seu corpo? Com a sua postura? Pela maneira como cuida do seu corpo? Como ele se apresenta esteticamente? Por outro lado, quais são as representações que nós, docentes, construímos desde a infância sobre o negro, seu corpo e sua estética? Será que essas representações, quando negativas, tornam-se mais fortes no exercício do trabalho docente a ponto de nos tornar cegos e surdos para entender o que os nossos alunos tentam nos comunicar?

O corpo é um local de conflito e o corpo negro fez-se símbolo étnico e sua manipulação tornou-se cultural com características únicas em sua pluralidade. Reflexões advindas da erotização feita em torno do corpo da criança nos levam a pensar sobre a erotização dos corpos infantis negros. A erotização do corpo infantil reflete na adultização e na hipersexualização da parte mais vulnerável da população que são as crianças.

A sexualização dos corpos infantis e dos corpos infantis negros é imposta desde muito cedo e mesmo sabendo que a sexualização dos corpos não depende da vontade da criança, muitas vezes ela sente culpa por carregar um corpo tão chamativo e “pecaminoso”. Por isso, cabe à comunidade escolar, como espaço educativo, discutir essa hipersexualização de meninos e meninas, e principalmente, das crianças negras, a começar pelas próprias práticas pedagógicas, a fim de problematizar o tratamento destas como um objeto sexual, o que colabora para o fim precoce da infância negra. Neste contexto, a escola tem um papel importante no tensionamento, a fim de fortalecer a ideia de que a criança negra é um sujeito de direitos, e, além disso, de que a sua condição é atravessada por desigualdades de gênero, raça e classe social.

4 A (DES)CONSTRUÇÃO DA EROTIZAÇÃO DOS CORPOS INFANTIS NEGROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O corpo na Educação Infantil pode ser compreendido por meio dos mecanismos que os constituem e os alimentam. No que se refere aos corpos de crianças negras, desde que nascem já estão expostos a uma série de fatores consequentes das desigualdades por eles enfrentadas e, além disso, esses corpos são acometidos por uma lógica sexista, misógina, racista e classista que promovem uma grande lacuna de direitos.

A escola, no entanto, tem o importante papel de promover um olhar não discriminatório e não erótico, no entanto, nem sempre isso ocorre. Muitas vezes as práticas se baseiam em materiais pedagógicos, como literaturas, jogos, brinquedos e brincadeiras, que produzem e reproduzem condutas que erotizam o corpo infantil na escola.

Ao contrário disso, uma educação voltada para os direitos das crianças e da criança negra precisaria garantir que toda a comunidade escolar as respeitasse e garantisse o seu desenvolvimento. A escola deveria fornecer um ambiente saudável em que a criança não se sentisse invadida diariamente pelo tom da sua pele e/ou pelas curvas delicadas e gentis de seu corpo, pois carregam consigo uma ingenuidade peculiar de traços finos e pequenos que precisam de respeito para que sua infância não seja apagada abruptamente.

Segundo Kiusam de Oliveira (2017, p. 7), o corpo negro, especificamente, traz consigo marcas de uma histórica resistência étnico-racial que perpassa sua vida em todos os âmbitos.

Portanto, esse corpo

[...] acaba sendo por natureza um “corpo-resistência” que se expressa de várias formas. O corpo precisa ser mergulhado na experiência para ganhar sentido e significado, pois aqui há uma mudança de paradigma fundamental: não se trata mais de falar do corpo, mas fazê-lo de várias formas, através de diversas linguagens, esse “corpo-resistência”, portanto, acaba por estar conectado com a realidade vivida na coletividade, em seu entorno, e dessa forma, é um corpo que está mergulhado na linguagem e nas informações. Sendo assim, precisa estar preparado para lidar com qualquer assunto que o atinja diretamente, e as questões raciais fazem parte da infância

As brincadeiras, as falas e os gestos racializam as relações que concebem o corpo negro como algo sem importância. Nas brincadeiras, por exemplo, as crianças negras na maior parte das vezes são colocadas em “cargos” subalternizados como empregadas domésticas, faxineiras

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, nº1, janeiro/junho 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

e até mesmo bandidos. Essas posições taxativas acentuam-se enquanto o corpo da criança negra é exposto aos gestos e as falas violentas, bem como aos julgamentos eróticos em torno do seu corpo.

Dessa forma, a infância negra está sendo roubada e acaba se deteriorando mais facilmente por essas vertentes de conflitos, silêncios e tensões que geram a invisibilidade ocorridas na sociedade em forma de racismo estrutural e, deste modo, vários profissionais da educação não conseguem enxergar tal situação em sala de aula. Nesse sentido, Carlos Moore (2015, p. 6), afirma que:

Nada é mais importante para uma criança do que um conto que insira no mundo dos humanos, dos animais e das coisas. Como sabemos sua capacidade de sonhar está sempre desperta. As crianças negras não são exceção à essa regra, exceto pelo fato de que seus sonhos são perturbados por pesadelos recorrentes, agressivos e demolidores: a realidade ambiente, que as agride, as rechaça e as apaga no mundo real pelo viés de insultos, risos sarcásticos e até agressões físicas por parte daqueles com os quais deveriam compartilhar um imaginário prazeroso- seus pares, ou ainda, daqueles que deveriam ser os substitutos de seus pais, os professores.

Essa citação nos faz refletir sobre a “solidão” que a criança negra enfrenta no ambiente escolar, pois muitas vezes a escola se torna um espaço de reprodução das invisibilidades desse sujeito, reverberando em toda a sociedade no momento em que contribui para a naturalização dessas práticas excludentes.

Educadores muitas vezes demoram para perceber o racismo e o erotismo nas escolas e isso se torna mais grave quando estes não refletem sobre suas práticas pedagógicas. Outrossim, a não familiarização com o assunto, reforça os achismos diante do tema discutido ao invés de educar mediante os conhecimentos científicos que ponderam as pluralidades socioculturais.

É preciso ouvir o pedido de ajuda dos corpos infantis negros quando estes recorrem aos professores para o combate ao racismo, à erotização e tantas outras agressões que são vítimas todos os dias nos espaços escolares. Diante disso, os profissionais da Educação Infantil não podem ficar anestesiados perante esses apelos, ou seja, práticas exacerbadas de erotização, sexismo e preconceito racial destroem infâncias negras, e em muitos casos isso ocorre de maneira muito sutil no ambiente da Educação Infantil.

Embora a escola negue a existência da erotização envolta da discriminação, é uma realidade vivenciada por muitas crianças, em especial, as negras. O processo de invisibilidade

da cultura da criança negra e o silenciamento de seu corpo são elementos existentes nas escolas que reverberam e reforçam a discriminação e a erotização do corpo negro, como já foi assinalado. Porém, algumas instituições escolares já trabalham para haver uma desconstrução desses conceitos ou (pré)conceitos em torno dos corpos negros.

Com a lei nº 10.639/2003³, torna-se obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas de todo o país, o que foi de suma importância para os movimentos negros que sempre lutaram por respeito e igualdade racial em um país tão racista. A lei esboça que a escola:

Tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar, acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concertos das nações como espaços democráticos e igualitários [...] a escola enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão deverá se posicionar politicamente [...] contra toda forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo qualquer educador, independente do seu pertencimento étnico-racial (Lei 10.639/2003).

Nesse viés, as práticas fomentadas pela lei mencionada, busca a emancipação e a democracia nos currículos escolares, bem como em seus conteúdos, para que a desigualdade entre as raças se torne erradicado nos espaços escolares. E mais que isso, colocar em prática uma educação antirracista que consiste em relações de representatividade negra positiva, acesso à literatura negra, visibilidade da história e da cultura do povo negro, o “embelezamento” dos traços negros, demonstrando como esses corpos negros se expressam nas experiências pedagógicas vivenciadas em sala de aula, ofertando assim, a educação como possibilidade de construções e (re)construções raciais, sociais e culturais.

Cabe a escola apresentar uma outra realidade e possibilitar que crianças negras tenham uma outra perspectiva sobre si e que crianças brancas sejam menos refratárias ao racismo, reconhecendo o povo negro de outro ângulo e não por via da subalternidade. A escola também deveria mostrar referências positivas de sujeitos negros que mudaram o percurso de suas vidas

³ Esta lei foi reestruturada em 2008, quando a cultura indígena foi incorporada, o que gerou a nova Lei de nº 11.645, de 10 de março, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

e da história de seu povo. Tais práticas ampliam o olhar da criança em relação à sua própria história, pois se sabe que a imagem contribui para a construção de uma nova realidade que pode ser estética, cultural e de comportamento. É preciso desconstruir a vitimização da população negra e construir outro olhar, um olhar que torne a criança negra capaz de se gostar e se valorizar. Neusa dos Santos Souza (1983) pondera que tornar-se negro é um processo de reconstrução da identidade negra por outras vias, é se afastar da estrutura hegemônica narcísica, é ter consciências do processo ideológico que aliena cabeças e corpos negros.

Os movimentos negros também contribuem para a desconstrução do racismo nas escolas e conseqüentemente, para o combate à erotização desses corpos infantis negros, que carregam consigo o “peso do corpo pecaminoso” resultado da objetificação do corpo negro.

Na perspectiva de práticas educativas no ambiente escolar, o autor Ivan Costa Lima (2005), destaca três importantes ações iniciadas em nosso país: a Pedagogia Interétnica (PI) do Núcleo Cultural Afro-brasileiro em Salvador 1978, Pedagogia Multirracial (PM) desenvolvida por Maria José Lopes e a proposta constituída em Santa Catarina através do programa de Educação do Núcleo de Estudos Negros (NEN)⁴, em 2000. Tais práticas mencionadas pelo autor ecoam a reconstrução de uma educação antirracista em espaços educacionais formais por meio dos movimentos negros inseridos em espaços públicos.

Outro movimento que se envolve nessa luta de valorização da cultura negra e na desconstrução de narrativas carregadas de subalternização, erotização e escravização é a Geledés (Organização Civil de Mulheres Negras), fundada no ano de 1988 e instalada na cidade de São Paulo. Essa organização propôs no ano de 2013 um concurso de plano de aula com foco na lei 10.639/2003, com o intuito de promover e incentivar a educação antirracista nas escolas.

Podendo assim todos os professores terem acesso aos planos de aula no site da ONG. O concurso teve como meta:

Incentivar os professores na aplicação da lei 10.639/2003 na elaboração dos planos de aula, abrangendo o ensino básico e fundamental das escolas municipais, estaduais e particulares de todo o território brasileiro, promovendo e estimulando o ensino da cultura negra e sua diversidade em sala de aula. Todo material será previamente analisado e disponibilizado no Portal Geledés para ser utilizado por outros

⁴ O Núcleo de Estudos Negros (NEN), é uma organização a serviço do movimento negro de Santa Catarina, fundado no ano de 1986 na cidade de Florianópolis. <https://www.nucleodeestudosnegros.org.br>

professores, agregando valor e promovendo a história da cultura negra em todo território nacional, através da troca de experiências. (GELEDÉS, 2013)⁵

Na mesma direção, as estratégias do movimento Centro de Articulação das Populações marginalizadas (CEAP)⁶, situado na cidade do Rio de Janeiro, afirmou a importância do conhecimento da história negra no Brasil elaborando projetos que enfatizam a lei 10.639/2003, a fim de consolidar práticas pedagógicas que garantam o direito de a criança negra conhecer sua verdadeira história, cultura e identidade. Dentre os projetos ofertados pela ONG está a formação continuada para professores, seminários cujo tema é Caminhos para uma Educação Democrática (desde 2009), abordando fatores da LDB, diversidade étnica na educação e novas tecnologias e saberes pedagógicos em amplos cotidianos escolares.

Estas são apenas algumas iniciativas que buscam o conhecimento e o cumprimento da lei 10.639/2003 para o ensino da história e da cultura negra nas escolas. Muitas outras ações estão em curso com a finalidade de ampliar a visão da criança negra em torno de sua história e de sua experiência, para torná-la autônoma e orgulhosa de sua história.

Vale ressaltar que, apenas a efetivação da aplicação da lei e suas implicações não conseguirão suprir a erradicação do racismo e a erotização dos corpos infantis negros nas escolas, pois falar de erotização do corpo implica em falar das questões de gênero. O corpo da mulher é visto pela sociedade de um jeito totalmente diferente do corpo masculino, haja vista que a misoginia, bem como a relação de poder e força que entrelaçam homens e mulheres se faz existente em nossa sociedade desde os primórdios dos tempos e isso resulta na “apropriação” do homem sobre o corpo feminino.

Na Educação Infantil, as questões de gênero estão presentes desde a estrutura da escola até os brinquedos que são designados pelo professor a cada criança de acordo com o seu gênero, ou seja, bolas e carrinhos para os meninos e bonecas para as meninas. Separa-se o brinquedo de menino e de menina, o rosa e o azul, o que fortalece a rivalidade ou obrigatoriedade de gênero entre as crianças.

Para Guacira Lopes Louro (2000, p. 8) “Ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de

⁵ Informações podem ser acessadas no site da ONG GELEDÉS: <https://www.geledes.org.br>

⁶ Informações podem ser acessadas no site ONG CEAP: <https://ceap.rj.org.br/concurso/>

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, n°1, janeiro/junho 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”. A desconstrução do marcador feminino e masculino implica propriamente nas reflexões em torno das interações e relacionamentos das crianças diante das especificidades dos gêneros na infância, ou seja, como elas lidam com isso.

Portanto, a escola precisa ser um espaço de enfrentamento em que educadores e educadoras se desconstrua para se construírem em torno das questões de gênero, raça, e cultura, a fim de ampliarem seus olhares e, perante suas práticas pedagógicas conseguirem propor um ensino democrático, igualitário e emancipatório. Colocando em prática a amorosidade que tanto foi negada ao povo negro. Nesse sentido Bell Hooks (2000) discorre sobre a pouca afetividade na vida das pessoas negras, e em especial das mulheres e meninas negras, portanto:

Nossas dificuldades coletivas com a arte e o ato de amar começaram a partir do contexto escravocrata. Isso não deveria nos surpreender já que nossos ancestrais testemunharam seus filhos sendo vendidos, seus amantes, companheiros, amigos apanhando sem razão. Pessoas que viveram em extrema pobreza e foram obrigadas a se separar de suas famílias e comunidades, não poderiam ter saído desse contexto entendendo essa coisa que a gente chama de amor. Elas sabiam por experiência própria, que na condição de escravas seria difícil experimentar ou manter uma relação de amor. (HOOKS, 2000, p.02)

Sendo assim, a afetividade com as crianças negras é algo que precisa ser posto como uma prática diária nas escolas para que a saúde emocional e o sentimento dessas crianças não sejam negligenciados.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa buscou problematizar as práticas escolares perante à erotização dos corpos infantis negros, bem como refletir práticas que não reforcem a erotização e a objetificação dos corpos das crianças negras na Educação Infantil.

A partir das fontes pesquisadas e apresentadas no escopo deste texto, percebe-se que o racismo é o principal vilão de uma sociedade igualitária, pois ressalta a desigualdade que o feito da escravidão trouxe e que até hoje tem seus resquícios. Com isso, sendo a escola um reflexo da sociedade, a ausência de um programa educacional antirracista nas instituições

escolares, dificulta a luta contra o racismo que já se faz estrutural, bem como uma formação continuada para educadores e educadoras, levando-os a refletir em torno de suas práticas pedagógicas o enfrentamento do racismo e da erotização das crianças negras nas escolas de Educação Infantil, abordando o assunto junto com as crianças desde à tenra idade.

Com o intuito de não contribuir com manifestações preconceituosas e discriminatórias na Educação Infantil, o primeiro passo é desconstruir a universalidade do branco que propõe modelos únicos de relações sociais e relações humanas, que coloca no povo negro uma única possibilidade de narrativa. Ou seja, precisamos destituir o conceito de padrão universal, pois quando acabamos com o lugar universal temos possibilidades de novos caminhos, diferentes narrativas e outras realidades. Vimos que a infância é um lugar de pluralidades e que cada criança é única, portanto, falar de infância não significa falar de uma única realidade já que em séculos passados a criança era vista como miniadulto, em que as questões de afeto e cuidado não estavam implícitas em seu cotidiano e o brincar resumia-se a trabalho, a sobrevivência em milagre, pois o infanticídio era numeroso. Apenas na modernidade a infância teve um olhar mais cuidadoso e afetivo para com as crianças, com isso a infância foi classificada como a fase da vida em que o indivíduo necessita de proteção tutelar, escola, alimentação, moradia segura e respeito. Porém, nem todas as crianças têm esses direitos efetivados, e as crianças negras são a maioria da população infantil com taxas de mortalidade, de trabalho infantil e abuso sexual, pois são corpos com marcadores de vulnerabilidade social e histórico.

A invisibilidade da identidade negra colabora para a perpetuação das desigualdades raciais em toda a sociedade, inclusive nas instituições educativas, a começar pela Educação Infantil e, estendendo-se por toda a vida escolar do sujeito negro. Um dos fatores que agravam os conflitos das relações raciais nas escolas é a falta de conhecimento da lei 10.639/2003, por parte dos envolvidos em todo o processo da educação e implica nas práticas de erotização do corpo infantil negro como as falas eróticas em torno da criança negra, a comparação do corpo das crianças negras e não-negras, as brincadeiras de faz-de-conta que quase sempre levam os papéis de subalternização e vulnerabilidade para as crianças negras. Portanto, é preciso promover atividades formativas para que educadores conheçam seu teor político e pedagógico

para fazer valer a lei de incentivo, ou mais que isso, de obrigatoriedade do estudo da história e da cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de educação formal.

Para que as crianças negras conheçam a história na perspectiva do povo negro, se faz necessário contar a história oficial e lançar outros olhares, bem como buscar soluções para uma educação emancipatória e democrática, e se, tratando de educação antirracista, é necessário problematizar continuamente as questões étnico-raciais, entrecruzada com as questões de gênero, nos espaços de ensino, para haver uma reflexão no que se aprende e o que se ensina nesses locais. Para tanto, as práticas pedagógicas e projetos realizados em algumas instituições e movimentos, que atuam em prol da aplicação da lei, nos mostram importantes avanços para uma educação democrática e antirracista. Iniciativas essas que são de suma importância para a criação de imagens positivas para as crianças negras na reconstrução de suas identidades.

Várias ações vêm contribuindo para o reconhecimento da identidade negra e sua importância para a sociedade, com o intuito de ampliar o olhar do povo negro para além da ideia de um povo que foi escravizado e que, por isso, está destinado a ocupar um lugar subalternizado na sociedade. É preciso associar a este debate as questões de gênero, para que meninos e meninas negras tenham condições, desde muito cedo, de desconstruir as desigualdades de gênero que objetificam e erotizam seus corpos.

Ao longo da pesquisa bibliográfica, fica evidente a escassez de estudos específicos sobre o assunto aqui tratado, pois, foram poucas as referências encontradas para a mediação do trabalho, havendo assim necessidade outras iniciativas de estudos e investigações científicas que resultem em artigos e livros que discutam sobre a erotização dos corpos infantis negros na Educação Infantil. Espero que esse trabalho seja uma porta de entrada para futuras pesquisas em torno desse tema em prol de uma educação antirracista e que reflita não só nas escolas, mas por toda a sociedade.

REFERÊNCIAS:

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro. LTC, 1986a.

BRASIL, “**Constituição da República Federativa do Brasil**”. 1988.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, nº1, janeiro/junho 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

BRASIL, **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 10 jan. 2003, p.1

DEL PRIORE, Mary. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Ed. SENEC São Paulo, 2000.

FELIPE, Jane. **Erotização dos corpos infantis**. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 10. reimpr. São Paulo. Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, Identidade negra e formação de professores/as: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Minas Gerais, 2003.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Pornografia infantil na Internet: proliferação e visibilidade**. 2000. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP - São Paulo.

LIMA, Ivan Costa. **Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil: pedagogia interétnica uma ação de combate ao racismo**. In: OLIVEIRA, I. et al. *Escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação educativa/ANPED, 2005, p.40-52.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MOORE, Carlos. Prefácio. In: OLIVEIRA, Kiusam de. **O mar que banha a ilha de Goré**. São Paulo. Editora Peirópolis, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia IN: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Luane Bento dos. **Quando os movimentos negros educam: as ações pedagógicas dos movimentos na construção de educação democrática e identidades afirmativas**. In: X Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, n°1, janeiro/junho 2023.– Curso de Pedagogia– UNESC

Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 2018, Minas Gerais. Portal Geledés.

Concurso de planos de aula. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/i-concurso-de-planos-de-aulas-do-portal-geledes>>. Acesso em: 22/05/2022.

SANT'ANNA, Denise. **Descobrir o corpo: uma história sem fim.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 25(2):49-58, jul./dez. 2000.

SOUZA, Neusa dos Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes das identidades do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

UESB, Associação dos Docentes da *et al* (org.). **Racismo estrutural: estudo do IBGE revela mais uma vez a brutal desigualdade racial no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10775&pslug=#.YqI1XnbMLIX>. Acesso em: 09 jun. 2022.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, Guacira (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte; Autêntica, 1999. p. 35-82.